



Ecoss, tons e megapixels do *modo Maíra*: Os Tentehar-Guajajara na guerra da comunicação no contexto da T.I Cana Brava

Dhiogo Rezende Gomes¹

Resumo

O povo Tentehar que vive na Terra Indígena Cana Brava, no centro-sul maranhense, enfrenta desafios diante das pressões da colonização sobre suas terras ancestrais por séculos, estabelecendo na região conflitos de grandes proporções. Diante das presenças de missões religiosas e povoados intrusivos, segue a luta na defesa da terra e dos seus modos de vida. São conflitos interétnicos intensificados com o asfaltamento da rodovia BR-226 que corta a Cana Brava, desde o final dos anos 90, trazendo impactos socioambientais irreversíveis e não mitigados pela inconclusão do licenciamento ambiental. Através do *modo Maíra* e do regime de *aproximações controladas*, um modo de resistência política de fundo cosmológico e ontológico enunciado por seus heróis criadores, traçam estratégias de manipulação das alteridades relacionadas aos impactos dessa obra, entre os quais, está a deterioração da sua identidade com a produção exógena da imagem de “índios da BR: donos e promotores do caos na rodovia”. Na guerra da comunicação, constituem um complexo com recursos analógicos e digitais, produzindo contraimagens e discursos instrumentalizando a resistência diante das ameaças nas relações interétnicas. Assim, no *modo Maíra*, apresentam-se dinâmicas das agências tentehar diante das imagens de “índio” na região, tendo como pano de fundo, duas reportagens televisivas.

Palavras-chave: Tentehar-Guajajara, Terra Indígena Cana Brava, Rodovia BR-226, Relações Interétnicas

¹ IFMA/PPGAS-UFG.

Os Tentehar-Guajajara da T.I Cana Brava e o *pe pihun*

Os Tentehar² assim se autodenominam, *povo ou gente verdadeira* na sua língua, a *ze'egete* (fala verdadeira), esses indígenas se estabeleceram em várias terras no vale da Amazônia oriental. Entre os regionais maranhenses e nas mídias locais, são mais conhecidos como Guajajara, nome dado pelos Tupinambá segundo Gomes (2002), referindo-se em tupi, na expressão *wazay'w yzara*, “*povo do cocar*”. Um grupo que por razões desconhecidas na literatura etnográfica, se apartou e migrou séculos atrás estabelecendo-se no nordeste paraense fronteirando com o Maranhão, é chamado de Tembê, Wagley e Galvão ([1949] 1961) dizem que ambos se reconhecem como Tentehar, falantes de uma mesma língua da família Tupi-Guarani, do tronco Tupi, entendendo-se como pertencentes da mesma tradição cultural.

Ouvi na Cana Brava que tal separação ocorrida séculos atrás, está atrelada ao processo de movimentação tentehar forçada pela colonização, quando da região da baixada maranhense, os parentes vieram *nas pontas dos pés dos brancos* como dizem. A separação em dois grupos seria parte de uma estratégia visando a continuidade do povo Tentehar diante da possibilidade de extermínio. Em agosto de 2021, houve o primeiro encontro do povo Tentehar depois da separação, o evento ocorreu na casa dos parentes no lado paraense, na Terra Indígena Alto Rio Guamá, foi uma grande celebração Tembê-Guajajara divulgada em vídeos e fotos pelos indígenas em suas mídias sociais. As lideranças discutiram estratégias de resistência na defesa de suas terras.³ No Maranhão, os Tentehar-Guajajara vivem numa área extensa compreendendo desde o vale dos rios Pindaré mais ao norte, até o Médio Mearim na região Centro-Sul do Estado.

A Terra Indígena Cana Brava/Guajajara com seus 137 mil hectares, é uma das dezenove terras indígenas demarcadas no Maranhão, os Tentehar estão presentes em doze delas, em oito, incluindo a Cana Brava, vivem de forma exclusiva⁴. Em quatro terras⁵,

² Em boa parte da literatura etnográfica e etnológica, a grafia do etnônimo desse povo é Tenetehara. Opto por Tentehar para atender as críticas dos falantes da T.I Cana Brava que não consideram essa ênfase na vogal “a” no final do termo. Tal termo é visto como equivocado e estabelecido por pesquisadores e missionários estrangeiros que fizeram estudos linguísticos para escrita da língua tentehar-guajajara.

³ Esse encontro foi realizado por federações e organizações indígenas em parceria com ONG's indigenistas. Ver no site do ISPN: <https://ispn.org.br/apos-407-anos-povo-tenetehar-se-reune-para-celebrar-a-resistencia/>

⁴ São as Terras Indígenas Cana Brava/Guajajara, Bacurizinho, Rio Pindaré, Lagoa Comprida, Rodeador, Urucú-Juruá, Vila Real, Morro Branco

⁵ São as Terras Indígenas Caru, Araribóia, Governador e Krikati.

convivem dividindo-as com os Awá-Guajá, Gavião Pycobjê e com os Krikati. Entre os povos indígenas no Maranhão, os Tentehar são os mais populosos contando com um contingente de mais de 30 mil indígenas. Na T.I Cana Brava, há uma população de mais de 10 mil pessoas vivendo em cerca de 100 aldeias, a maioria localizada as margens da BR-226 (IBGE, 2023).

Pe pihun (caminho preto) é como os Tentehar chamam a BR-226, Rodovia Federal que corta o território da T.I Cana Brava num trecho de 23 km. Desde sua abertura como estrada na década de 70 passando por seu primeiro asfaltamento no início dos anos 2000, tal obra se apresenta como atual desafio das relações interétnicas para estes indígenas. Antes, o povo da Cana Brava teve que lidar com dois grandes movimentos históricos dentro dessas relações na região, a Guerra de Alto Alegre em 1901, fato que tratou de um levante tentehar contra os abusos e violências físicas e epistêmicas perpetradas por uma missão capuchinha que entre outros métodos catequéticos arbitrários, mantinha um internato para crianças indígenas cortando o convívio com suas famílias e o conflito de São Pedro dos Cacetes que fora um povoado intrusivo que só foi completamente expulso na década de 1990 (GOMES, 2002; COELHO, 2002).

A guerra no início do século passado contra uma ordem missionária e grande parte dos regionais católicos e esse conflito com os *karaiw* (não-indígena) que por décadas, tentaram estabelecer um povoado dentro da T.I Cana Brava, catalisaram no interior das relações interétnicas, dispositivos de racismo com toda sorte de preconceitos e discriminações para com o povo Tentehar que nutrem, alimentam o complexo de impactos socioambientais que a estrada/rodovia impõe na contemporaneidade. Pois, a BR-226 trouxe inúmeros problemas como a maior presença de invasores para fins de tráfico de madeira, caça predatória entre outras atividades criminosas, alterações nos modos de vida indígenas, acidentes, atropelamentos de animais e de pessoas, até mesmo atentados contra a vida de indígenas incorrendo em assassinatos de lideranças. Para além desses impactos, a rodovia trouxe um regime de deterioração da imagem tentehar na região, consolidando uma noção que toma a estrada como um elemento positivo, relacionado ao “desenvolvimento” e ao “progresso” da região, enquanto que negativamente, inserem os Tentehar como “índios da BR”, “promotores do caos” na rodovia que atravessa a Terra Indígena.

A rodovia BR-226 é parte desse processo, foi imposta pelo modelo de desenvolvimento puxado pelo crescimento populacional de cidades como Grajaú e Barra do Corda recebendo intensiva migração, ampliando o povoamento da região, assentando fazendas e impulsionando uma economia agropastoril desde a segunda metade do século XIX. No decorrer do século XX, polos como Imperatriz do Maranhão cresceram na esteira de obras influentes na região como as rodovias Belém-Brasília e a Transamazônica. Para a região, tal processo de expansão capitalista foi potencializado por grandes empreendimentos na região em decorrência do Programa Grande Carajás e do Projeto Ferro-Carajás a partir da década de 1980. Essa expansão e todos seus elementos colonizadores, alcançou a Cana Brava e outras terras indígenas desde o Sudeste do Pará até o Centro-Sul do Maranhão. (FERRAZ; LADEIRA, 1991).

Não há necessariamente uma oposição cerrada a estrada como elemento em si, apesar de encontrar maiores resistências entre os mais velhos que sempre pontuam existir um antes e depois da BR-226, a rodovia com qualidade e segura é reivindicada pelos indígenas que moram nas suas margens. Entretanto, rejeitam e resistem mais a forma como tal obra foi concebida e executada. Os Tentehar estabeleceram-se em seus modos de resistência, aproximando-se cada vez mais dessas alteridades, até para tentar controlá-las em seus perigos. As intervenções necessárias para existência de uma rodovia em terra indígena dentro das conformidades da legislação ambiental são reivindicadas pelos Tentehar nas reuniões e audiências com os poderes públicos tratando do passivo da regularização ambiental da BR-226. Diante desse quadro normativo de um licenciamento ambiental que não coaduna com aspectos cosmológicos na permissão dos espíritos donos da mata, dos animais, das águas, de tudo, como critica Apurinã (2022). Os Tentehar-Guajajara mobilizam nessas tratativas, adaptações e ações que possam mitigar os impactos através de agenciamentos que reforcem a proximidade controlada e controladora dos fluxos e dinâmicas destrutivas da rodovia.

O modo Maíra e a guerra da comunicação

Os Tentehar orientam-se no presente a partir de seus pressupostos cosmológicos que centrados em Maíra, criador e herói do povo que junto aos seus filhos gêmeos Maíra'yr e Mucura'yr, são as principais referências desse povo. Esses heróis trazem em muitas passagens míticas, uma variedade de narrativas pelas quais definem os ideais de

um bom Tentehar. Destacam-se por habilidades de transmutação, força, agilidade, versatilidade, flexibilidade e sobretudo, muita esperteza, sagacidade nos tratos para transpor obstáculos e vencer desafios (WAGLEY; GALVÃO, [1949] 1961; ZANNONI, 1999; ALMEIDA, 2019). Tais características foram desenvolvidas a partir de uma base cosmológica tupi que demanda grande abertura para o outro, com regimes de predação metafísicas na relação com o exterior (LÈVI-STRAUSS, 1993; VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Assim, os Tentehar-Guajajara se constituíram ontologicamente com certas características que eu venho chamando de *modo Maíra*, um complexo de agências indígenas diante das alteridades, com regimes de *aproximações controladas*, visando a manipulação das diferenças e assim, obter controle e domínio no contexto de situações adversas. Dessa forma, “O mito dos gêmeos, Maíra-ira e Mucura-ira perpassa todo o mundo mítico tentehara. Suas ações, como heróis culturais, inspiram o cotidiano desse povo” (ZANNONI, 1999, p.138).

Nesse sentido, as histórias desses heróis e criadores do povo e de tudo no mundo, suas habilidades constituem modos de ser e de fazer tentehar, principalmente no contexto das relações interétnicas com os colonizadores e com a sociedade nacional. Tais fundamentos cosmológicos forjando a episteme e ontologia tentehar em sua história milenar, apresentam-se como *estrutura da conjuntura* em face dos inúmeros desafios e conflitos gerados pela invasão e expansão dos projetos coloniais sobre suas terras (SAHLINS, 2008, 2011). Como nas conjunturas de guerras contra os *karaiw* na região, episódios pelos quais

Os grandes feitos dos guerreiros instituem sua imortalidade para o corpo social. João Caboré e Manuel Justino, ao serem acusados de líderes máximos da ação dos Tentehar, assumiram esses status. É nesta memória que se faz o ser Tentehar. Maíra e seus filhos são lembrados por seus feitos magníficos nos quais se comprazem os Tentehar (ALMEIDA, 2019, p.43, grifos meus).

Os líderes mencionados acima, são exemplos do *modo Maíra* na Cana Brava durante a Guerra de Alto Alegre, assim como tantos outros no processo de expulsão dos *karaiw* do povoado de São Pedro dos Cacetes. E na atualidade, os Tentehar que enfrentam os poderes estatais e econômicos nacional e regional no processo de licenciamento ambiental da BR-226, inconclusivo desde sua abertura no final dos anos 90. Diante das

negociações em uma série de reuniões e audiências, as habilidades de manipulação das diferenças estão tanto na forma como no conteúdo dos discursos, nas apresentações e nas performances que vão sendo moduladas diante dos contextos e das circunstâncias.

Ora, apresentam-se como “índios guerreiros”, destemidos no alcance de seus objetivos, em situações limites, dentro do regime de *aproximação controlada*, calculam as ações diante das ameaças e dos extremos dessas relações, impondo-se com energia e certa agressividade, rompem a “normalidade” do cotidiano, bloqueando a rodovia, impedindo a passagem de todos. Os bloqueios ocorrem motivados por reivindicações buscando melhorias de políticas públicas nas áreas da saúde e da educação dentro da terra indígena ou por protestos em decorrência de mortes dos parentes na estrada, atropelados ou mesmo, vítimas de assassinatos.



Figura 1: Bloqueio da BR-226 em protesto aos assassinatos de dois caciques 08/12/2019.
Fonte: Site G1 Maranhão/Divulgação Redes Sociais

Nas características da plasticidade e do multifacetismo do *modo Maira*, modulam dinamicamente suas disposições na região: de situações mais energicas para modos de enfrentamentos que se valem de certas maneiras, produzindo performances que possam apresentá-los como “índios conscientes” de seus direitos. Assim, respondem as notícias equivocadas e as desinformações sobre a vida tentehar nas aldeias estrategicamente, estabeleceram-se nas margens da BR-226 para controla-la. Tentam equilibrar no interior

dessas realações carregadas de conflitos interétnicos históricos, as imagens de guerreiros intempestivos e aquelas que transmitem noções que possam destacar indígenas conscientes, abertos a negociações e a práticas políticas que optem pelo diálogo com a sociedade regional.

Com o estabelecimento da BR-226 como principal via de acesso e comunicação entre as cidades da região, como do sertão maranhense com a capital São Luís no litoral, sendo tal rodovia um símbolo do desenvolvimento regional como vetor do “progresso” pelo capital, a presença indígena nesse trecho de 23 km, intensificou o latente racismo e discriminação que deteriora a identidade desse povo (GOFFMAN, 1988). A cada barreira ou bloqueio, como nos impasses que paralisam ou atrasam obras de manutenção e recapeamento do asfalto na rodovia, ou por conta de incidentes como assaltos ou qualquer crime ocorrido na área, os Tentehar são rotulados e estereotipados como “os índios da BR, promotores do caos”. Assim, os Tentehar da T.I Cana Brava desenvolveram um complexo de abordagens comunicacionais apoiado no uso massivo das novas tecnologias da informação e comunicação, como também, direcionaram as apropriações que fizeram de tecnologias analógicas como o rádio comunicador.

Com esse aparato tecnológico, visam controlar as ameaças que advenham das relações interétnicas cuja presença da rodovia no cotidiano da Cana Brava, é um catalisador das imagens deturpadas que impactam as vidas tentehar de variadas formas. Assim, é muito comum em várias aldeias as margens da BR-226⁶, caciques e outras lideranças que utilizam rádios comunicadores nessa guerra. Entre as inúmeras funções como no combate aos incêndios e chamados de socorro, esses equipamentos atendem a necessidade de *espionagem*, monitorando os caminhoneiros que trafegam e usam o seu sistema de rádio PX. Sintonizam os canais nas frequências mais usadas pelos motoristas e prestam atenção nas mensagens trocadas entre os caminhoneiros quando estão passando na terra indígena, tanto para algum acidente ou mesmo, diante de ofensas, desrespeitos para com o povo indígena, interceptam e respondem os agravos a sua imagem. Outro exemplo desse monitoramento, está na implantação de um sistema de câmeras de segurança instaladas em árvores em pontos estratégicos, tal sistema foi adquirido através de contatos com organizações indígenas como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

⁶ Há atualmente entre 80 e 100 aldeias nas margens da BR-226.

No contexto digital, se valem das plataformas de comunicação, estão sempre antenados e em alertas com as notícias que circulam nos sites e nos grupos de mensagens instantâneas. Prontamente, respondem áudios ou mensagens com notícias falsas ou noções racistas e pejorativas da condição tentehar região. Produzem muitos conteúdos tanto políticos como de cunho cultural, valorizando a festas e rituais tentehar. A manifestação tentehar mais famosa na região é estrategicamente inserida como referência da vivacidade da “cultura tentehar” elaborada visando tanto o público interno e externo. Trata-se da *Wira’o Haw* - Festa da Menina Moça, na última fase é mais conhecida na região como Festa do Moqueado que é um ritual de passagem da criança para vida adulta. Essa festa/ritual é divulgada pelas mídias sociais e visa chamar atenção dos *karaiw* que são efusivamente convidados, elas acontecem dispostas nos grandes pátios das aldeias as margens da BR-226 a vista de todos que passam.



Figura 2: Cartaz de divulgação da Festa da Menina Moça realizada em 2019

Fonte: Arquivos de mídia de Magno Guajajara

No Maranhão, a promoção midiática da Festa da Menina Moça, os esforços para destacar esse ritual de passagem como uma marca do povo Tentehar, a articulação de contatos políticos na valorização dessa manifestação indígena, resultou no reconhecimento da festa como patrimônio cultural e imaterial do Maranhão⁷. Tal exposição promovendo o ritual como um grande acontecimento, um evento da cultura indígena cuja valorização é estratégica nas relações interétnicas. Há uma certa convergência midiática como foi observado e registrado por Miranda e Corradi (2021) entre os Tentehar-Tembé do Pará, junto a multiplicidade de agentes e elementos midiáticos externos capturando o ritual,

Salienta-se que a convergência midiática não é só direcionada com foco no grupo de jornalistas e pesquisadores, há atuação da própria população indígena, que manuseia diversas tecnologias de comunicação e informação durante a Festa do Moqueado e também compartilha informações e momentos da Festa, sobretudo fotografias, em suas mídias sociais on-line (MIRANDA; CORRADI, 2021, p.157).

Compõem esse complexo comunicacional tentehar, a *Rede de Comunicação Cana Brava* e o grupo *Maraka Izar*, na sua maioria, formada e mantida por jovens lideranças e membros de coletivos políticos e organizações indígenas que despontam como produtores de conteúdos digitais e influenciadores através de suas mídias tanto individuais como a partir dessas que são coletivas. Atendendo esse anseio e necessidade de enfrentamento das ameaças e racismos advindos das relações interétnicas, por meio de uma guerra da comunicação, há exemplos de produções audiovisuais que transitam entre formatos no campo da comédia, com troças no contexto da vida nas aldeias como nas relações com a sociedade regional e propostas mais políticas e críticas como no filme documentário *Ma'e Ikwaw Paw: Além das margens* (2022), produzido e dirigido por Heraldo Leão Guajajara e eu⁸.

⁷ Trata-se da Lei 11.960/23 sancionada pelo governador Carlos Brandão, originária de um PL apresentado por um parlamentar com base em Grajaú, o Dep. Estadual Ricardo Arruda.

⁸ Encontra-se postado no canal do YouTube Borduna Doc. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eMKqHkJR5bo>

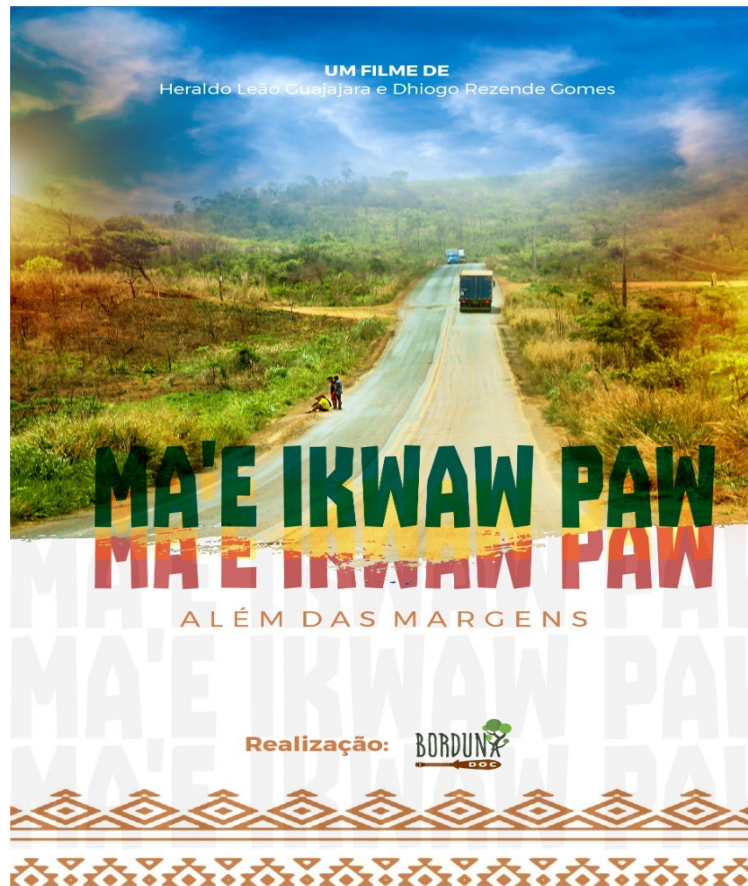


Figura 3: Cartaz de divulgação do filme nas mídias sociais
Fonte: Arquivos do autor

Duas reportagens: luz, câmera, *modo Maíra* em ação

Os Tentehar estão cientes que nessa guerra da comunicação, há muitos campos minados, os veículos alternativos e a grande mídia regional e nacional podem tanto favorecê-los em suas ações como depreciá-los, tornando-os páreas das relações interétnicas. Podem aparecer nas reportagens como vítimas ou como algozes, como indígenas que lutam por seus direitos ou como promotores do caos na região. Processo semelhante ocorreu com Mario Juruna, primeiro indígena eleito Deputado Federal em 1982. Em plena Ditadura Civil-Militar (1964-1985), no auge da repressão nos anos 70, Juruna surge como uma figura proeminente, criticando acidamente o indigenismo oficial, denunciando agentes políticos, atingindo o centro do regime militar. Sua imagem crítica convergia com os interesses das mídias da época que estavam sob censura, na defesa dos

direitos indígenas, o líder Xavante servia aos mesmos interesses da grande mídia, combater o regime autoritário (GRAHAM, 2011).

Depois de eleito, já no processo de abertura do regime ditatorial, Juruna que antes, era editado nos seus discursos com valoração positiva, como um indígena que desafiava a tutela do Estado, principalmente na mídia impressa, passou a ser desvalorizado com edições que destacavam suas dificuldades com o português, imprimindo uma imagem de “índio” incauto e “fora de lugar”, desconexo do *status quo* que significara o parlamento. Pois como aponta Graham (2011, p.272), “Povos indígenas são particularmente vulneráveis à manipulação da imagem por causa de sua extrema marginalidade e relativa falta de poder [...]; eles são suscetíveis à reinscrição nos profundos sulcos que a narrativa do bom selvagem gravou nos imaginários coloniais”.

Seus discursos eram editados de formas que o ridicularizava como ator político, visto que passava a ser um concorrente dos “brancos” alinhados aos editores e dos grupos políticos e econômicos, donos das mídias hegemônicas. Nesse sentido,

Essas duas caracterizações divergentes da mídia evocam as imagens opostas da narrativa colonial do bom e do mau selvagem. Em um contexto político, Juruna é um defensor puro e primitivo de virtudes políticas nobres; em outro, é um insolente político bárbaro que deve ser abafado ou silenciado e posto em seu lugar — longe dos holofotes políticos e fora do alcance audível (GRAHAM, 2011, p.272).

Mario Juruna seguiu adiante empunhando o gravador que virou sua arma e sua marca registrada, gravava políticos em suas falas e promessas e depois os acusava de mentirosos tendo seus registros como prova. Mesmo diante de um jogo bastante arriscado, como minorias com pouca representação político dentro de fora do congresso nacional, diante de um tecido social em muitos contextos abertamente anti-indígenas, seguem firmes nessa guerra concentrado suas disposições para responder a mídia local e nacional com movimentações contra-hegemônicas em suas criações (FERREIRA, 2018).

Em março de 2021, foi exibida uma série de reportagens realizadas pela TV Mirante, afiliada da TV Globo no Maranhão. *No rumo do caos* mostrou a situação precária de algumas rodovias federais que cortam o estado e em uma dessas matérias, consta a BR-226 em seu trecho de 23 km atravessando a Terra Indígena Cana Brava. O repórter apresenta uma narrativa dramática envolvendo em primeiro plano, depoimentos sofríveis

e indignados de vários caminhoneiros até que surge o componente indígena na reportagem:

Quase todo o trecho ruim da rodovia fica dentro da reserva indígena Cana Brava dos índios Guajajaras e a **buraqueira** já virou alternativa de renda para os indígenas que tapam buracos em troca de dinheiro, **até crianças ficam na beira da estrada ou na pista mesmo, numa rotina perigosa pra elas** (TV MIRANTE, 2021).

Também sou usuário dessa rodovia e posso garantir que ao contrário do que a redação sugere, não é apenas no trecho ou com maior intensidade neste, tratando da terra indígena que a “buraqueira” é uma realidade. Ocorre que nesse período de chuvas nessa região do Maranhão, a situação das estradas fica mais agravada e de fato, os indígenas da Cana Brava estavam atuando em várias reuniões com os órgãos competentes (FUNAI, IBAMA, DNIT) tentando negociar a autorização das reformas e recapeamento do asfalto nesse trecho em meio as tratativas do licenciamento ambiental e os devidos projetos indenizatórios e de mitigação dos impactos.

Outra menção que coloca os indígenas de forma deturpada é a presença de adultos e crianças tapando buracos por trocados. De fato, há esse tipo de “serviço” na área indígena (em apenas um ou dois pontos) como há em muitos outros trechos não-indígenas, mas ele é enfatizado na reportagem com um marcador étnico-racial. A reportagem não expõe o fato de que tal situação é decorrente do que significa o próprio projeto da rodovia e da ausência do poder público, como também do passivo do licenciamento ambiental que nunca foi concluído.

Heraldo Leão Guajajara que é um dos muitos indígenas usuários da BR-226, é o único morador da Cana Brava que aparece e fala na reportagem. Em seu Fiat Uno azul, entremeando seu perfil entre a câmera e o para-brisa, fala na reportagem: “Essa semana mesmo, eu vindo da Barra do Corda, caí num buraco desse aqui, o pneu estourou e o carro cheio de índio e a gente trafega aqui, anda aqui todo dia, aí quase todo... é direto, a gente tem que ir pra Barra do Corda mandar balancear e alinhar o carro” (TV MIRANTE, 2021). Heraldo Leão contou-me um tempo depois como foi essa abordagem, disse que foi tanto surpreendido como também, surpreendeu a equipe de TV que pareceu no comportamento, não esperar que tal motorista fosse um “índio”.

Estava em um dia atarefado como são muitos outros na sua rotina de liderança e não esperava esbarrar com tal reportagem de repente, disse que falou meio que

improvisadamente, mas mirando no público-alvo, a audiência não-indígena. Pois sabia que a imagem indígena na Cana Brava poderia ser manipulada e assim, precisava falar nesse sentido. Tinha que equilibrar sua imagem em duas faces, ao mesmo tempo, um “índio que usa a rodovia” e também sofre com suas deficiências aproximando-o dos *karaiw* e um indígena crítico que denuncie que tal realidade é imposta pela ideia de “desenvolvimento” que não contempla a população indígena. Heraldo conta que ao falar ao repórter, ficou pensando no que poderia continuar dizendo, mas que a equipe se mostrou apressada e não fez mais perguntas. Heraldo disse que mesmo assim, quando estava na estrada, no decorrer do seu caminho, deu meia volta para insistir em falar mais algumas coisas, as quais disse que costuma falar para imprensa. Mas infelizmente, não avistou mais a equipe.

A reportagem fechou sua redação inclinando que a culpa do caos da BR-226 pertencia aos “índios da BR”, pois seguiu com outros vários caminhoneiros depondo seus dramas neste trecho em Terra Indígena, indicando outro fator que recai na conta dos Tentehar, os riscos de assaltos na estrada. Ainda, na conclusão da matéria, traz alegações do DNIT colocando que a rodovia é repleta de buracos em decorrência da não autorização indígena. A reportagem não ouviu lideranças que estão a frente dessas tratativas e não expõe a realidade de uma obra que foi realizada no início dos anos 2000 e que desde então, nunca foi devidamente regularizada em seu licenciamento ambiental.

Assim, o *modo Maira*, fez-se presente nessa ocasião, no equilíbrio que requer flexibilidade e dinâmica estratégicas, nas tentativas e nas insistências lidando com as alteridades mesmo que em desvantagem, tentando aproximar-se para controlar as diferenças e pautar, pontuar sua versão no meio dos discursos. Nesse caso, Heraldo foi um “ponto de inflexão” naquela reportagem, surgiu ali naquela edição do Jornal JMTV, para ser *no ar, a voz das margens*.

Outra reportagem ocorreu em 1992, foi exibida no icônico Jornal Nacional e tratava da notícia de uma operação da Polícia Federal dentro da T.I Cana Brava, em busca de maconha na aldeia Sabonete do Leão. Heraldo Leão é neto do patriarca dessa aldeia, Zé Leão que hoje tem mais de 100 anos, seu filho, pai de Heraldo, Francisco Leão é o atual cacique. A matéria narrada pelo famoso âncora Sérgio Chapelin, traz um fato extraordinário dessa ação, os indígenas desarmados, renderam uma dezena de policiais,

agentes bem treinados e bem equipados e os mantiveram presos aguardando a chegada da equipe de reportagem da Globo.

Uma operação da Polícia Federal contra o plantio de maconha em áreas indígenas acaba em violência no interior do Maranhão. Os índios de uma aldeia Guajajara enfrentaram os agentes, tomaram as armas e bateram neles com porretes. A operação aconteceu ontem de manhã. Os policiais já estão em Imperatriz e **disseram que foram salvos pela chegada da equipe de reportagem** (TV GLOBO, [1992] 2022, grifo meu).

Heraldo em 1992, estava presente, mas era uma criança de poucos meses de idade que ficou o tempo todo no *xipoz* (tipoia) colado ao corpo de sua mãe Dona Maria Lucilene, mas sabe contar detalhes dessa história tão bem quanto os adultos que a viveram intensamente, tal memória coletiva lhe foi herdada (HALBWACHS, 1990). Em conversa com a família Leão, contaram-me que a chegada da equipe de reportagem foi pedida e aguardada pelos próprios indígenas que queriam demonstrar e revelar o que a polícia fez naquele dia, uma invasão criminosa sem nenhum respaldo da FUNAI, muito menos das lideranças indígenas. Os agentes federais justificaram estar atrás de entorpecentes que estariam escondidos na aldeia Sabonete do Leão, invadiram a aldeia e foram logo atirando nas casas, prendendo o cacique Zé Leão, algemando-o junto com outros parentes. Perguntavam das drogas e na medida que não tinha respostas, torturavam homens, mulheres grávidas ou de resguardo, anciãos que descansavam em suas redes, ninguém foi poupado da truculência hedionda dos policiais fortemente armados, atirando para cima ou perto dos pés das pessoas.

Francisco Leão que estava um pouco distante dessa ação, pois tangia o gado da aldeia, no retorno, deparou-se com aquela movimentação estranha. Identificou que tratava de uma invasão policial, sem perder tempo, tratou de percorrer alguns quilômetros até a aldeia Coquinho para avisar ao chefe do posto indígena local, José Ornilo Pereira Guajajara. Ornilo como era mais conhecido, mandou os parentes buscarem um trator que estava na área de roça, a máquina serviu de transporte para tantos parentes que conseguissem arrumar espaço, os demais acompanhavam a comitiva em reforço, pelo caminho, se armavam de paus, pedras e tudo que pudesse servir de arma.

A aproximação foi cautelosa, pois os policiais estavam todos bem armados com escopetas, metralhadoras, pistolas, com coletes a prova de balas. E tinham os parentes

indígenas sob domínio. Estrategicamente, o grupo que veio da aldeia Coquinho, foi guardando as capsulas dos projeteis já pensando na frente, para servir de prova em eventuais processos contra os policiais ou mesmo, apresentar para reportagens como de fato aconteceu com a chegada da equipe da Globo. Furaram pneus de uma das viaturas dos policiais para dificultar a fuga dos mesmos. Aproximaram das casas nas quais os agentes estavam se protegendo, mas sempre empunhando as armas pelas portas e janelas e atirando no rumo do reforço indígena. Outra estratégia foi a separação espacial do grupo, dividiram-se em falanges espalhadas pela aldeia cercado os policiais.

Na reportagem não há nenhuma explicação que dê conta de como indígenas sem armas de fogo, conseguiram deter agentes da Polícia Federal armados com várias armas de calibres diferentes e potentes, treinados para ações desse tipo. Só posso tentar explicar pelo fator do *modo Maíra* que esteve presente. Os Tentehar se valem de muitas artimanhas e estratégias correlacionadas as forças espirituais, valendo-se das intervenções dos karowara, entre os quais, estão os seus criadores, seus maíras.

Há histórias e menções de gritos de guerra no passado bélico tentehar que visam desnortear os inimigos, como há também cantos e rezas que atuam amansando os oponentes, certas plantas ou substâncias que servem para invisibilidade, como amuletos protegendo os corpos das ameaças, sem falar nas atividades dos pajés que embora, em pouquíssimo número na atualidade, ainda existem na Cana Brava e são respeitados por seus poderes. Contaram-me que procederam primeiramente, tentando negociar com os policiais que não queriam acordo, só a rendição dos indígenas. E quando chegou numa situação limite, agiram coordenadamente através da supressão fulminante com luta corporal que jocosamente, chamaram de “karatê dos índios”. Aplicações de chaves de braço, jogos de corpo com esquivas e muitas rasteiras, desarmando todos os agentes quase que ao mesmo tempo.

Com os policiais rendidos, levaram todos para a aldeia Coquinho a espera dos *karaiw*, tanto a imprensa como depois, autoridades dos governos e dos órgãos competentes para negociar sob termos dos Tentehar. Com a chegada da equipe da Globo, os indígenas fazem sua performance equilibrada, dessa vez, como guerreiros indígenas que capitularam seus algozes, nas cenas da reportagem, recebem de volta parte do tratamento cruel dispensado aos indígenas, são golpeados com porretes e humilhados diante da câmera.

Um índio mais velho manda um dos agentes mudar de posição e joga sobre ele um cachorro que foi atingido pelos tiros da polícia. Este índio faz o mesmo com outro agente. Os índios resolvem amarrar outro policial e começam a bater. Este homem tenta argumentar, mas não adianta (TV GLOBO, [1922] 2022).

Em outro momento fundamental da reportagem, a imagem de “índios” que barbarizam os policiais, converge para uma que expõe indígenas que estão indignados porque sabem muito bem dos seus direitos e não admitiam tamanha covardia. Assim, Ornilo aparece falando:

A justiça tem que chegar aqui pra fazer uma... um atendimento, fazer um... efetuar um trabalho sério. Não do jeito que eles chegaram a fazer, algemar os índios, bater nas índias, rasgar a roupa dos índios, bater nos índios pequenos. Tudo isso foi... **foi ridículo por demais, foi... foi fora da lei** (TV GLOBO, [1992] 2022, grifo meu).

O Delegado da PF identificado como Oliveira, também aparece com um corte na cabeça tendo que pedir desculpas e admitindo o que no final da reportagem é dito por Chapelin, que a ação ou operação policial não tinha nenhuma autorização legal sendo totalmente irregular, confirmado por fontes da FUNAI e por Romeu Tuma, Delegado que na época, era Secretário Nacional da Polícia Federal. A reportagem é fechada sem mostrar os usos das armas e dos equipamentos em posse dos indígenas. A ação tentear segue com outros objetivos, mirando o desfecho da questão de São Pedro dos Cacetes, povoado intrusivo que naquela altura, ainda tinham muitos *karaiw* que resistiam sair. Aguardaram a chegada das autoridades para negociar tanto a soltura dos policiais como a entrega das armas, a condição estaria na garantia de resolução do conflito que durava por décadas e só terminaria com a expulsão de todos os moradores do povo encravado na Cana Brava.

Procederam nessa guerra da comunicação com mais uma manipulação das imagens e das alteridades. Então armados e paramentados com os coletes, bonés da Polícia Federal, embarcados nas viaturas, nas Toyotas, fizeram um desfile dentro do povoado mais próximo a Terra Indígena gritando e empunhando as armas provocando os não-indígenas dizendo-lhes que agora estavam de fato, preparados para expulsar São Pedro dos Cacetes de uma vez por todas. Esse fato que não teve registro visual em nenhuma fonte jornalística, encontra correlação com o que diz uma matéria de jornal impresso, no tópico intitulado *Tensão e medo*:

Informações oriundas de Barra do Corda dão conta que **a população teme um ataque em massa dos índios, que estão pintados para guerra** e impedindo que qualquer pessoa tenha acesso a aldeia Coquinho. O superintendente Manoel Trajano, segundo informações colhidas no DPF de Imperatriz, vai tentar o resgate das viaturas e das armas e ainda ouvir o maior número possível de envolvidos no conflito (ÍNDIOS, 1992, grifo meu).

Assim, essas duas reportagens televisivas, podem nos oferecer perspectivas de como os Tentehar-Guajajara da T.I Cana Brava agenciam suas lutas por meio da guerra da comunicação, tentando fazer aproximações controladas, calculando riscos e medindo suas apresentações, requisitando sua presença, performando de forma equilibrada, com energia e força como respostas aos agravos, mas também, deixando a impressão de que estão abertos ao diálogo, aptos a sentar na mesa de negociação, pontuando sempre sua presença e sua versão nas narrativas que vão parar no papel ou no ar. Assim, Heraldo foi *no ar*, *a voz das margens* e seus parentes décadas antes, estiveram todos *pintados para guerra contra os fora da lei* como se referiu Ornilo ao Jornal Nacional em 1992.

Na aldeia Sabonete do Leão, este incrível e quase que cinematográfico desfecho de resistência: desarmando os policiais, mantendo-os presos, aguardando a imprensa e as autoridades, desfilando armados nos carros da polícia pelo povoado para emitir uma mensagem, é considerado o marco definitivo, o começo para o fim de uma de suas lutas mais desgastantes, a desintrusão do povoado São Pedro dos Cacetes que na mesma década, alcançou tal objetivo. Os últimos invasores foram expulsos poucos anos depois, em 1996 (GOMES, 2002, COELHO, 2002).

Referências

ALMEIDA, Emerson Rubens Mesquita. **A política vai à festa**: sagacidade e estratégia tentehar nas relações interétnicas. 2019. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, DAN, Universidade Brasília, Brasília, 2019.

APURINÃ, Francisco. Do licenciamento ambiental à licença dos espíritos: os "limites" da Rodovia Federal BR 317 e os povos indígenas. Rio Branco: Nepan Editora, 2022.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. **Territórios em confronto**: a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão. São Paulo: Hucitec, 2002.

FERRAZ, Iara; LADEIRA, Maria Elisa. Os povos indígenas da Amazônia Oriental e o Programa Grande Carajás: avaliação e perspectivas. In: HÉBETTE, Jean (Org.). O cerco

está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. p.130-142.

FERREIRA, Rodrigo Siqueira. Cinema de lutas dos povos originários no Brasil e processos colaborativos interculturais: autorias indígenas e narrativas audiovisuais contra-hegemônicas. In: DELGADO, Paulo Sergio; JESUS, Naine Terena de (Org.). Povos Indígenas no Brasil: Perspectiva no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual. Curitiba: Brazil Publishing, 2018. p.183-202.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, Mércio Pereira. **O índio na história**: o povo Tenetehara em busca da liberdade. Petrópolis: Vozes, [1977] 2002.

GRAHAM, Laura R. Citando Mario Juruna: Imaginário linguístico e a transformação da voz indígena na imprensa brasileira. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 271-232, 2011. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/inicial>. Acesso em 25 ago. 2023.

ÍNDIOS libertam Delegado em B. do Corda. O Estado do Maranhão, São Luís, ano 1992, 16 mai. 1992. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/indios-libertam-delegado-em-b-do-corda>. Acesso em: 18 ago. 2023.

LÈVI-STRAUSS, Claude. **História de Lince**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MIRANDA, Nice Hellen Mateus Oliveira; CORRADI, Analaura. A utilização das mídias sociais on-line pelo povo indígena Tembé-Tenetehara durante a Festa do Moqueado. **Contra corrente**, [s. l.], n. 17, p. 148-167, 2021.

SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas**: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

TV GLOBO. Jornal Nacional. Edição do dia 15 de maio de 1992. Vídeo: 3min33s. 31 jan. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FGhjDO_nDBA&t=36s . Acesso em: 10 dez. 2022

TV MIRANTE. JMTV. **No rumo do caos**: as péssimas condições da BR-226. Vídeo: 5min58s. 12 mar. 2021a. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9345302/> . Acesso em: 15 abr. 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais**: elementos para um antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo. **Os Índios Tenetehara**: uma cultura em transição. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de Documentação, [1949] 1961.

ZANNONI, Claudio. **Conflito e coesão**: o dinamismo tenetehara. Brasília: CIMI, 1999.